

UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

Ellen Coelho de Oliveira – RA: N7032E2

Giovana Ferreira Freitas – RA: N694GD8

João Victor Oliveira de Miranda Ribeiro – RA: N704675

Julia Ribeiro Santos – RA: G237BB1

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DE
AFRODESCENDENTES SOB UMA ÓTICA FENOMENOLÓGICA**

Campus Chácara Santo Antônio

São Paulo – 2024

UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

Ellen Coelho de Oliveira – RA: N7032E2

Giovana Ferreira Freitas – RA: N694GD8

João Victor Oliveira de Miranda Ribeiro – RA: N70467-5

Julia Ribeiro Santos – RA: G237BB1

Projeto de Pesquisa apresentado para
disciplina de Temáticas de Pesquisa em
Psicologia, sob a orientação do Professor
Gustavo Nascimento

Campus Chácara Santo Antônio

São Paulo – 2024

“[...] ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.”

(Neusa Santos Souza)

SUMÁRIO

1. TEMAS E OBJETIVOS	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. INTRODUÇÃO	8
4. METODOLOGIA	13
5. A EXPERIÊNCIA NEGRA NO BRASIL COLÔNIA.....	15
6. O MEIO SOCIAL	20
7. MÍDIA, ESTEREÓTIPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	25
8. FENOMENOLOGIA E NEGRITUDE: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO SENSÍVEL À RAÇA.....	30
9. DISCUSSÃO.....	38
10. CONCLUSÃO.....	44
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

RESUMO

FREITAS, G. F.; OLIVEIRA, E. C.; RIBEIRO, J. O. M. ;SANTOS, J. R; NASCIMENTO, G. (orientador). **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DE AFRODESCENDENTES SOB UMA ÓTICA FENOMENOLÓGICA**. Curso de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas, UNIP - Universidade Paulista. Campus Chácara Santo Antônio, 2025.

O presente projeto de pesquisa busca analisar e compreender o processo de construção da identidade étnico-racial de afrodescendentes sob uma ótica fenomenológica. O objetivo foi investigar as heranças coloniais, o meio social e influência midiática, pretende-se refletir sobre como o racismo estrutural e a supremacia branca impactam a formação subjetiva, a autoestima e o pertencimento desses indivíduos e, ao fim, explicitar a importância de um atendimento psicoterapêutico sensível a raça. A pesquisa, de cunho bibliográfico, fundamenta-se em autores como Fanon, Djamila Ribeiro e Almeida, articulando o pensamento fenomenológico às experiências negras no Brasil contemporâneo. Busca-se destacar a importância de uma prática psicológica antirracista e sensível às diferenças raciais, promovendo uma reflexão crítica sobre os modos de ser e existir na sociedade brasileira. A investigação visa contribuir para a compreensão da identidade negra como um fenômeno social e existencial, revelando as implicações psicológicas da desigualdade racial e o papel da psicologia no cuidado dessas existências.

Palavras-Chave: Negritude; População Negra; Psicologia Fenomenológica-Existencial.

E-mail do orientador: gustavo.nascimento@docente.unip.br

ABSTRACT

This research project aims to analyze and understand the process of constructing the ethnic-racial identity of Afro-descendants from a phenomenological perspective. The objective is to investigate colonial legacies, social environment, and media influence, reflecting on how structural racism and white supremacy impact the subjective formation, self-esteem, and sense of belonging of these individuals, and ultimately, to highlight the importance of psychotherapy that is sensitive to race. This bibliographic research is based on authors such as Fanon, Djamila Ribeiro, and Almeida, articulating phenomenological thought with Black experiences in contemporary Brazil. It seeks to emphasize the importance of an anti-racist psychological practice that is sensitive to racial differences, promoting a critical reflection on ways of being and existing in Brazilian society. The investigation aims to contribute to the understanding of Black identity as a social and existential phenomenon, revealing the psychological implications of racial inequality and the role of psychology in caring for these lives.

Keywords: Blackness; Black Population; Phenomenological-Existential Psychology.

1. TEMAS E OBJETIVOS

Tema/objetivo geral

O processo de construção da identidade étnico-racial de afrodescendentes sob uma ótica fenomenológica.

Objetivos específicos:

1. Investigar a influência da herança colonial no contexto sociocultural brasileiro.
2. O meio social na formação de identidade.
3. Influência da mídia na autoestima

Hipóteses

Hipótese 1: A herança colonial brasileira, marcada pela supremacia branca e por um período escravocrata violento, é um marcador social decisivo para a construção da identidade nacional, moldando concepções de beleza, moralidade e mantendo padrões de relações em que o negro é subalternizado.

Hipótese 2: O meio social em que o indivíduo está inserido exerce grande influência na formação da identidade, uma vez que fatores como família, comunidade, escola, grupos e mídia são essenciais para difundir percepções, valores e comportamentos, internalizando normas culturais, papéis sociais e expectativas de grupos não racializados.

Hipótese 3: A mídia (televisão, redes sociais, rádio) possui poder decisório sobre a formação de ideais e padrões difundidos na sociedade, promovendo padrões inatingíveis de beleza e sucesso associados à branquitude. Negros crescem com representações estereotipadas, negativas ou até mesmo com a sua ausência que, futuramente, gera a diminuição da autoestima e marginalização desses indivíduos.

2. JUSTIFICATIVA

Refletir acerca das influências que levam ao processo de construção da identidade étnico-racial de afrodescendentes significa questionar, problematizar e explorar as condições em que a juventude negra, enquanto minoria étnica, se desenvolve psicossocialmente na sociedade brasileira. Destaca-se a necessidade de, já no início do trabalho, explicar que a noção de raça que conhecemos atualmente foi ideologicamente criada como forma de justificar a segregação racial e as diversas atrocidades cometidas contra o povo negro, conforme afirma SOUSA (1983) ao destacar que raça deve ser entendida como uma noção ideológica, engendrada com critério social para distribuição de posições na estrutura de classe.

Um corpo social que nasce de origem eurocêntrica e racista se mantém nocivo e não combativo, mantendo práticas e discursos que constantemente discriminam e excluem negros. Por meios de estudos, pesquisas e análises, embasadas em autores existencialistas e fenomenólogos, pretendemos compreender e analisar as estruturas racistas e os processos marginalizadores e discriminatórios que estão enraizados na cultura brasileira e que pessoas negras são submetidos diariamente. A partir de leituras fenomenológicas, temos como objetivo evidenciar a importância dos movimentos negros e ações antirracistas, além de entender, efetivamente, o resultado das influências coloniais, sociais e midiáticas, buscando compreender o fenômeno racismo e suas implicações na existência de pessoas negras.

A pesquisa é de grande importância para nossa conclusão na caminhada acadêmica, agregando-nos conhecimentos para uma prática mais humanizada como futuros psicólogos, esclarecendo a importância de profissionais antirracistas que estejam conscientes sobre os diferentes contextos e vivências que são resultado de uma sociedade que apresenta inúmeras problemáticas estruturais, bem como o racismo e a supremacia branca. Para além do campo acadêmico, o estudo contribui para a conscientização acerca de questões raciais, de forma que proporcione a desconstrução de ideais racistas estruturalmente reforçados, a partir do entendimento de como essas ideias e estereótipos são construídos e repassados, afetando-os. Estudos como o de Gouveia e Zanello (2019) e Veiga (2019) demonstram a necessidade de melhorar a formação de psicólogos/as frente

aos temas raciais, uma vez que é possível se ver na clínica, assim como nas instituições e na construção e aplicação de políticas públicas, o silenciamento ou reprodução da violência sofrida pela população que se deveria auxiliar

Em suma, além do enriquecimento acadêmico, o trabalho pretende trazer benefícios à população negra, buscando estimular a reflexão acerca dos processos de construção de uma identidade que os permeia, gerando também conscientização daqueles que não são afetados, mas que também estão inseridos, para que não permaneçam parte do problema. Como afirma Djamila Ribeiro, “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (RIBEIRO, 2019, p. 37).

3. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar e compreender criticamente a forma com que o processo de construção da identidade étnico-racial de afrodescendentes acontece e de que forma os indivíduos envolvidos são afetados psicossocialmente, tendo como referencial a abordagem fenomenológica. D'ADESKY (2001) destaca que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação, dessa forma podemos compreender a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural que depende das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Para a fenomenologia, uma parte do que constitui o ser-aí¹ é o ser-com², isto é, tanto a identidade pessoal quanto a identidade derivada do meio social são formadas em diálogo aberto, sendo uma dimensão relacional entre indivíduos e compondo na formação da identidade. Entende-se que durante a história, criou-se uma justificativa para a dominação e exploração de povos que ocorreram durante a colonização, um complexo que inferiorizava e animalizava o negro e colocava o branco em um patamar elevado, processo que é descrito por Fanon (2008) quando afirma que a intelectualidade do

¹ Dicionário Oxford: no *heideggerianismo*, a existência humana, caracterizada por seu enraizamento na historicidade do mundo cotidiano, sua angústia diante da morte, e sua capacidade de se interrogar a respeito do Ser.

² O "ser-com" refere-se à maneira como os seres humanos estão sempre já em relação com outros seres humanos. Para Heidegger, o ser-aí é intrinsecamente um ser-com-outros. (INWOOD, 2002)

européu foi contrastada aos instintos primários que são atribuídos ao negro, equiparado a um animal com impulsos sexuais e agressivos marcantes.

O primeiro objetivo específico, em ordem de compreender as vivências negras e como essas afetam o processo de construção identitária no cenário brasileiro, busca investigar a história das relações étnico-raciais que, ainda hoje, são influenciadas por elementos advindos de heranças coloniais. Segundo Nuñez (2019) a colonização não acabou, ela se atualizou, transformou-se no que contemporaneamente nomeamos como colonialidade. Deste modo, temos como objetivo específico examinar de quais maneiras a colonização impactou as dinâmicas raciais na formação da composição social e cultural brasileiras, e de que forma a colonialidade contemporânea e as heranças coloniais atuam na manutenção destas estruturas no cenário do Brasil atual, buscando identificar, mais especificamente, de que forma pessoas negras têm sido afetadas.

A hipótese acerca deste objetivo é que a colonização não incidiu apenas sobre território geográfico, mas também sobre nosso território-corpo, em nossa forma de nos concebermos como sujeitos no mundo (Nuñez, 2019), considerando assim, que essa herança colonial se trata de um marcador social decisivo para a construção da identidade nacional, moldando concepções de beleza, moralidade e mantendo padrões de relações em que o negro é subalternizado.

O segundo objetivo específico é analisar a influência do meio social na formação de identidade. Ao investigar o processo de autoconcepção, a influência de diversos fatores e ambientes precisa ser levada em consideração. A socialização primária, isto é, o primeiro procedimento de incorporação de valores, acontece no ambiente familiar e é essencial para a inserção do indivíduo na sociedade, compondo os recursos necessários para que haja a introdução em um ambiente extrafamiliar, proporcionando o início da socialização secundária, que envolve diferentes realidades sociais, ideológicas e culturais. Ao vivenciar esse meio social repleto de novidades e indivíduos diferentes e únicos, outros padrões e concepções passam a ser introjetados, de acordo com o meio a que se está inserido.

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (D'ADESKY, 2001, p.76)

O ambiente escolar, como descrito por D'ADESKY em "Racismos e anti-racismos no Brasil", é um dos espaços mais influentes para a constituição de uma identidade, é neste ambiente que aprendemos sobre a história. Entretanto, é razoável considerar que, em um país com raízes racistas que não foram superadas, as escolas não irão contar a história em sua totalidade, mas sim focar em perspectivas específicas que, na maioria das vezes, irão prestigiar colonizadores e negar ou ao menos tirar figuras históricas negras de foco, mesmo possuindo sua devida importância no contexto histórico.

A hipótese desenvolvida pelo grupo acerca deste objetivo é que o meio social, sejam eles: família, comunidade, escola, grupos e/ou mídia, influencia na formação da identidade do indivíduo com base na ideia de que interações sociais e contextos vividos são fundamentais para o desenvolvimento de percepções, valores e comportamentos. Esses fatores têm como consequência a internalização de normas culturais, papéis sociais e expectativas especialmente em grupos não racializados.

O último objetivo específico traz a preocupação acerca do estudo da influência da mídia sobre a autoestima de pessoas negras. A mídia em suas diferentes formas: televisão, cinema, literatura, internet etc. estão presentes de forma constante na vida das pessoas, desde o nascimento. Quando crianças, as representações de personagens negros era quase ou totalmente nula e, quando adultos, frequentemente deixa de ser inexistente e passa a ser negativa. Ao ver pessoas negras retratadas apenas de forma negativa, associadas sempre à violência, criminalidade ou inferioridade social, associações negativas gradualmente passam a ser internalizadas, diminuindo a autoestima de negros. A representação inadequada afeta diretamente a maneira como essas pessoas se percebem e como são percebidas pela sociedade, dificultando a construção de uma identidade positiva e saudável. (Klerer; Marques, 2023)

Tendo como hipótese que há um poder decisório na mídia sobre a formação de ideias e padrões dispersos na sociedade, e que esta promove padrões inatingíveis de beleza e sucesso relacionados à branquitude. É importante entender de que forma essas imagens tendem a reforçar preconceitos e perpetuar estigmas, fazendo com que pessoas negras cresçam internalizando essas narrativas distorcidas, convivendo com representações estereotipadas, negativas ou mesmo

com sua ausência, que resultam em uma diminuição da autoestima e marginalização em tempos futuros.

Acerca dos temas analisados e discutidos, compreende-se que o presente trabalho trará contribuições de imensa importância para a população e para os profissionais da saúde mental, abordando de maneira mais minuciosa as dinâmicas racistas e discriminatórias que perpetuam a sociedade brasileira, afetando eminentemente a construção da identidade de pessoas afrodescendente, sua autoestima e conseqüentemente a sua saúde mental. Evidenciando a importância dos movimentos e ações antirracistas, e as influências coloniais ainda presentes no cotidiano.

Os benefícios da pesquisa vão para além do enriquecimento acadêmico, visando conscientizar aqueles que não são afetados, mas já estão de qualquer forma inseridos nas questões aqui abordadas, para assim não fazerem parte da problemática, e sim se conscientizarem dos preconceitos enraizados na sociedade.

Tendo como perspectiva principal da presente pesquisa que a identidade social se dá como construção e que diversos aspectos ocasionam na formação identitária do que é ser negro no Brasil, utilizar a base filosófica e metodológica da fenomenologia será de grande importância por esta possuir uma ênfase nas experiências subjetivas e na maneira como os indivíduos percebem e constroem – ao mesmo passo que são percebidos e construídos – seu mundo social, isso porque um dos objetivos da fenomenologia é a pensar os fatos por meio de um olhar metodológico exigente em relação ao que é real, vivido, percebido e significado aliado ao fenômeno estudado. (CAPPI 2004 apud HOLANDA e ANDRADE, 2010)

Há ferramentas conceituais muito robustas e importantes no pensamento fenomenológico que se alinham à visão proposta pelo trabalho. É importante entender os processos de sedimentação³ e como eles podem ser atribuídos a uma variedade de experiências relacionadas à raça para afrodescendentes. Cada uma dessas experiências sedimenta, pouco a pouco, uma identidade étnico-racial no indivíduo negro, se fixando em sua consciência e influenciando a percepção de si mesmo e do mundo que o cerca. Desta maneira, ao adotar esta perspectiva, busca-se compreender de que maneira a formação da identidade étnico-racial é

³ Processo pelo qual experiências e significados acumulados ao longo do tempo se tornam parte da estrutura de consciência de um indivíduo.

construída de forma contínua e dinâmica, incorporando os discursos culturais mais amplos e as memórias pessoais.

Deste modo, a ótica fenomenológica mostra-se de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa ao compreender a maneira como as experiências acumuladas ao longo da vida do sujeito são importantes na formação do ser-aí, entendendo esse processo como construção, sedimentação. A análise fenomenológica colabora na investigação do mundo vivido por pessoas negras, com uma descrição de situação vivida no cotidiano, como elas se manifestam e os significados dados a essa experiência.

4. METODOLOGIA

A metodologia é o estudo dos métodos que foram utilizados durante a pesquisa. O objetivo deste tópico é descrever os procedimentos utilizados na pesquisa, para que o leitor possa compreender as etapas que resultaram na pesquisa final. A pesquisa será de cunho bibliográfico e tem como objetivo trabalhar com artigos científicos.

4.1 SUJEITOS

A finalidade do trabalho é entender como e em que condições se forma a identidade étnico-racial de afrodescendentes, sendo assim, a população a ser estudada são pessoas negras, de nacionalidade brasileira, através de pesquisas bibliográficas.

4.2 INSTRUMENTOS

Para a execução do trabalho, o grupo optou pelo uso da pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, revistas acadêmicas e sites como Google Acadêmico e Scielo para a coleta de artigos atuais, que pudessem embasar a pesquisa.

4.3 APARATOS

Os aparatos utilizados foram computadores e celulares.

4.4 PROCEDIMENTOS

O procedimento para a obtenção do material utilizado no trabalho variou entre pesquisas com palavras chaves do tema no Google Acadêmico e Scielo, sucedido pela leitura de artigos mais relevantes, além de livros próprios ou alugados na biblioteca da Universidade Paulista (UNIP) que contribuíssem com material histórico e/ou trouxesse fundamento a pesquisa de acordo com a fenomenologia-existencial.

4.5 CRONOGRAMA DA PESQUISA (TABELA)

IDENTIFICAÇÃO	Mês/Ano
Escolha do tema	Fevereiro/2024
Definição dos objetivos	Março/2024
Elaboração da justificativa	Abril/2024
Definição da metodologia	Agosto/Setembro 2024
Procedimentos/Aparatos	Outubro/Novembro 2024
Desenvolvimento	Fevereiro/2025
Pesquisas em artigos e livros	Março/Abril 2025
Conclusão	Agosto/2025
Revisão Bibliográfica/ABNT	Setembro/2025
Apresentação	Outubro/2025

4.6 RESULTADO DA PESQUISA

Buscamos como resultado identificar, em artigos acadêmicos, revistas e outros materiais bibliográficos, contribuições relevantes que auxiliem no entendimento aprofundado do processo de formação da identidade étnico-racial de pessoas negras no Brasil. Nosso objetivo é investigar os diferentes aspectos que influenciam esse processo, desde fatores sociais e culturais até contextos educacionais e midiáticos, que possam contribuir para uma compreensão mais ampla e fundamentada sobre como essa identidade se constroi ao longo da juventude.

Pretendemos analisar, a forma com que aspectos como o racismo estrutural, as experiências de discriminação, a representatividade positiva ou negativa nos meios de comunicação como as grandes mídias, e o apoio (ou falta dele) dentro de instituições como a escola e a família, afetam a formação dessa identidade. O

objetivo é compreender como essas pessoas lidam com sua condição étnico-racial, quais são as influências diretas e indiretas que moldam sua percepção de si mesmos e do grupo ao qual pertencem, e como essas influências atuam no fortalecimento ou enfraquecimento de sua autoestima e senso de pertencimento.

5. A EXPERIÊNCIA NEGRA NO BRASIL COLÔNIA

Em dados atuais, constata-se uma expressiva violência direcionada a negros no Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, revelou em 2023 que as pessoas negras do Brasil estão 3,8 vezes mais propensas a morrer em uma intervenção policial do que pessoas brancas. De acordo com o levantamento, mais de 2,8 milhões de brasileiras negras são analfabetas e 11,4 milhões possuem Ensino Fundamental incompleto (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023). Essas estatísticas são apenas algumas das inúmeras que demonstram bem a forma com que as pessoas negras vivem no Brasil nos dias atuais. Porém, há uma história mais extensa e mais abrangente da violência que testemunhamos hoje (DAVIS, 2018), visto que por trás da realidade atual existe um passado racista e escravista, começando pelo Brasil Colônia.

Em 1500, o Brasil, até então terra de povos indígenas, foi invadido pelos portugueses. Apesar de ser considerado um país recente comparado aos outros, a terra já era morada de centenas de povos antes da chegada dos europeus, com a colonização. A ocupação portuguesa, só veio a ter fim em 1822, quando após a declaração de independência, o Brasil passou a ter sua veracidade de país independente, ou seja, deixando de ser colônia europeia.

De acordo com NOELLI (2023), nas Américas, a vinda dos europeus quase sempre significou o massacre e a escravização de ameríndios após duras batalhas e surtos epidêmicos e, mesmo quando e onde houve grande miscigenação, como no caso do Brasil, a referência dos estudiosos sempre foi a Europa e os europeus. Ou seja, a chegada brusca do povo português é crucialmente marcada pela escravização dos povos negros e indígenas, visto que escravizar pessoas passou a ser algo corriqueiro em suas expedições. Antes não havia nenhum registro de relações de escravidão, entre os indígenas que já residiam no país.

Portanto, o Brasil não foi sede da primeira expedição portuguesa com o intuito de explorar e escravizar pessoas, fazendo delas mercadoria retirando delas sua liberdade e sua essência humana. Nas pesquisas bibliográficas os autores relatam que no início a escravização das pessoas se dava de modo "aleatório", durante a ocorrência das expedições dos portugueses na costa noroeste da África, o rapto de pessoas ocorria e fazia parte da exploração, dessa forma o mercado da mão de obra escrava foi crescendo. Fazendo com que surgisse um novo tipo de mercado, o tipo que ao invés de comercializar produtos, começou a comercializar pessoas, a forma de fazer esse comércio se tratava da captura e venda dos povos negros.

Com a chegada dos portugueses no Brasil, se iniciou a exploração e construção da nova colônia de Portugal. Para isso, expandiram o comércio de pessoas escravizadas para essa nova terra.

O registro histórico mais antigo da chegada dos escravizados data de 1533 (MELO e BRAGA, 2010, p.53), porém durante três séculos, milhões de pessoas negras de diferentes povos, do continente africano, passaram a ser comercializadas, sendo trazidas de forma forçada para o Brasil.

“Os navios negreiros transportavam os escravos da África para a América. Os cativos ficavam amontoados uns sobre os outros num porão quente como o inferno, úmido e sem sol. A comida era uma mistura gosmenta de farinha, água e pedaços de carne seca. Fome, calor, aperto, doenças... Um número grande não suportava e morria durante a viagem.” (SCHMIDT, 2005, p. 197).

Eram poucos os que chegavam vivos, visto que as viagens em navios negreiros eram desumanas e quase impossíveis de se sobreviver. No Brasil, apesar de resistirem e lutarem por suas vidas, esses povos foram escravizados e coisificados por centenas de anos, forçados a abandonar elementos não só suas terras e família, mas também sua cultura, religião e humanidade.

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, p. 104).

Durante a escravidão no Brasil, a população negra foi submetida a um regime de exploração brutal, sustentado pelo trabalho forçado em plantações, mineração e serviços domésticos. Os escravizados eram tratados como mercadorias, sem direitos ou autonomia, e sujeitos a castigos físicos e condições de vida desumanas. O sistema escravista se consolidou por meio de mecanismos de dominação e repressão, perpetuando desigualdades que persistem até os dias atuais. Como destaca Clóvis Moura, "a escravidão não foi apenas um sistema de exploração econômica, mas uma estrutura de dominação que deixou marcas profundas e persistentes nas relações sociais e raciais do Brasil" (MOURA, 1989). Apesar da opressão, os escravizados resistiram de diversas formas, desde a formação de quilombos até revoltas e sabotagens no cotidiano do trabalho. A cultura africana foi mantida por meio da religião, da música e de outras manifestações culturais, influenciando profundamente a identidade brasileira. A abolição formal da escravidão em 1888 não significou a inclusão dos ex-escravizados na sociedade, pois eles continuaram marginalizados, sem acesso a terra, educação ou condições dignas de trabalho, além de que só foram libertos devido a pressões externas e internas.

Podemos entender o processo de escravização no Brasil como sendo um marcador fundamental da sociedade nos dias de hoje, ou seja, é explícita as influências do período escravocrata na forma como negros, nas mais diferentes épocas da vida, se reconhecem, como se dão suas relações interpessoais, quais os acessos que lhe são (ou não) ofertados, dentre outros âmbitos. É importante que se compreenda o período escravocrata para além dos séculos de escravidão pré-abolição, visto que a assinatura da Lei Áurea em 1888, marcadora oficial do fim da escravidão, proporcionou que pessoas escravizadas fossem libertas, mas não as ofereceu forma alguma de direitos, segurança ou dignidade, seja a dignidade de serem reconhecidas para além de seus lugares de serventia ou a dignidade para viverem livres das mais distintas formas de agressões.

Após a abolição da escravatura, em 1888, os libertos foram abandonados pelo Estado brasileiro e expulsos das fazendas em que trabalhavam. Sem emprego e sem ter para onde ir, essas pessoas ficaram relegadas à pobreza. Muitos saíam da área rural para as cidades à procura de oportunidades, mas não conseguiam ser absorvidos em atividades remuneradas, porque disputavam o espaço

no mercado de trabalho com pessoas brancas (KRENISKI; AGUIAR, 2011).

Pensar em formas de indenização às pessoas submetidas a escravidão se torna ainda mais distante, considerando que não lhe foram proporcionadas as mais básicas reparações, ao invés disso, essas pessoas foram colocadas à margem social, para viverem exatamente da forma como viviam nas casas grandes: escravizadas, mas dessa vez com um alvará de liberdade. Essa falsa liberdade se perpetua até o período atual, quando se percebe, por exemplo, que segundo o Estudo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (2023) 67% das pessoas presentes nas favelas são negras, média acima da nacional, que é de 55%. Essa estatística não deve ser entendida como mera coincidência, mas como um dos reflexos dos séculos de escravidão e do racismo que nunca deixaram de existir.

Além da moradia, pode-se destacar outros impactos ainda existentes na sociedade atual, como os menores acessos à educação, trabalho, saneamento básico, e outros direitos. O racismo que antes se perpetuava de forma direta durante a escravidão, hoje parece acontecer e se disseminar de forma mais sutil, estrutural e institucional.

Nesse sentido, entende-se que tanto o racismo estrutural e o institucional, dificultam a ascensão social de grupos racialmente identificáveis, pois o sistema faz parte de uma estrutura racista que privilegia uns e exclui outros, simplesmente pela cor da pele. Esse tipo de racismo é o que faz grande parte das pessoas negras viverem em lugares suburbanos e periferias sem acesso ao saneamento básico, à saúde pública de qualidade, à escola, à moradia e muitas vezes sujeitas à violência cometida pelo crime organizado e ao narcotráfico que recruta crianças e adolescentes que, devido às condições de pobreza e abandono, entram para o mundo do crime. (BARROS, 2022).

Como abordado anteriormente, em relação as pessoas que foram colocadas a margem social, pode-se entender que mesmo após a abolição da escravatura, os negros, acabaram abandonados, sem qualquer suporte institucional para sua integração na nova ordem social baseada no trabalho assalariado. Como Marigoni

(2011) destaca, os negros foram empurrados para as periferias, vivendo em condições precárias, sem acesso às estruturas básicas de cidadania. Esse abandono reforçou a marginalização racial e contribuiu para o aumento da desigualdade e da violência.

A liberdade para os ex-escravos não significou o acesso às instituições políticas, educação, saúde, direitos civis e sociais, formação profissional e nem salários dignos. Alguns continuaram nas mesmas propriedades e passaram a negociar condições de trabalho e de acesso à terra, como trabalhadores livres, aprofundando a racialização das relações sociais e a subalternidade dos negros (PEREIRA, 2015. pg. 104). Outros foram morar em regiões precárias, longe dos bairros centrais, se mudaram para outras cidades afim de se separar do passado de escravidão. Por mais que estivessem livres, esses ex-escravos não receberam ressarcimento, indenização, terras ou assistência, e em troca passaram a viver em uma república baseada no racismo e na desigualdade.

Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país. (FURTADO, 1967 apud SILVA M., 2014)

Com pessoas negras libertas por todo o território e a Proclamação da República, o Brasil começou a lidar com um debate sobre seu futuro. A população majoritaria mente negra e mestiça, fruto de séculos de escravidão e violência colonial, passava a ser vista como um problema pelas elites do Brasil. Inspiradas por teorias racistas europeias, como o darwinismo social e a eugenia, essas elites acreditavam que a miscigenação havia criado uma população "degenerada" e "incapaz" de progredir. Pretendia-se, por exemplo, atrair imigrantes brancos ao país para que "naturalmente" as próximas gerações pudessem clarear a população brasileira que agora era composta por diversas pessoas negras ou pardas.

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior de erradicação da "mancha negra" na população brasileira. Um decreto de

1890 concede que é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho. Excetuados os indígenas da Ásia ou população da África (Nascimento, 2016, p. 86).

Essas políticas vincularam brancos ao progresso, impedindo e colocando o negro como incapaz de participar desse novo modelo ideal que estava sendo criado para a sociedade brasileira. Esse novo projeto do Brasil, visava apagar, excluir e embranquecer tudo que era vinculado a culturas não brancas, inclusive as próprias pessoas. Surgia um país com raízes brancas e racistas que agora excluía e apagava tudo o que estivesse vinculado ao negro e sua cultura. Nesse sentido, pessoas racializadas, afetadas pelas diferenças sociais instituídas, também eram formadas, assim como Almeida (2018, p. 50) afirma quando diz que “Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados”.

6. O MEIO SOCIAL

Heidegger (1988 apud Cardinalli, 2015) considera que a compreensão do ser-aí inclui a compreensão do mundo e a compreensão dos entes que se tornam acessíveis dentro do mundo. Sendo assim, para compreender a formação da identidade de um ente racializado, é necessário realizar uma análise e compreensão dos fatos que ocorrem ou ocorreram no meio em que ele existe, como foi feito no capítulo anterior. Além disso, faz-se necessária a mesma atenção aos outros entes que o acompanham em sua existência, começando pela família, a primeira “instituição social” com que o ente terá contato, visto que todo mundo é outro e ninguém é si próprio (Heidegger, 1988 apud Cardinalli, 2015).

O núcleo familiar é aquele que proporciona as primeiras vivências do indivíduo, visto que é o ambiente que se tem contato assim que lançado no mundo. É juntamente com a família, que se vivenciam algumas fases iniciais de um longo processo de desenvolvimento, como a linguagem e a motricidade. Para além da ampliação de aspectos físicos e cognitivos, o meio familiar se destaca como um grande propagador cultural, ético e moral para as concepções do indivíduo.

De acordo com Piaget (1984), a família é o primeiro grupo social em que a criança participa e onde ela aprende as regras básicas de convivência, os valores morais e as noções de afeto e respeito.

Vista como primeiro grupo de socialização, a família é atravessada, inteiramente, pela dimensão política, além disso, é concebida como lugar para o exercício da cidadania. É nela que também se dá a apreensão de direitos e deveres, o que implica no desenvolvimento de práticas de tolerância, de divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de laços de solidariedade e apreensão de valores culturais etc. (BRITO, 2019)

Ao pensar especificamente em famílias negras e inter-raciais, pode-se destacar suas contribuições para a formação da identidade racial, uma vez que já inserido em seu primeiro nicho social negro, o indivíduo está intrinsecamente ligado as questões que perpetuam o que é ser uma pessoa racializada a partir das relações interpessoais que estabelece junto à seus familiares. Mesmo que a pauta racial não seja tratada de forma direta na família, o indivíduo estará cercado pela negritude, seja lidando com as mazelas de ser quem é, ou cultivando tradições e heranças negras, tão comuns em um país miscigenado e construído sob fortes influências africanas.

A criança aprende valores, sentimentos e expectativas de posição, por intermédio de cada membro de sua família e de outras pessoas com que convive. É preciso considerar que a família exerce, desde muito cedo, grande influência na transmissão de valores e crenças a respeito dos grupos raciais. (BRITO, 2019)

Destacando a forte influência socializadora e transmissora de ideias e crenças da família, especialmente racializada, é necessário ressaltar a forma como seu fortalecimento ou não, impacta diretamente na maneira como negros e negras se reconhecem. Mesmo que esse processo de reconhecimento tenha início na infância, a identificação racial perpetua por toda a vida. Não vivenciar a cultura negra de forma direta e não participar de uma família que se engaje em pautas raciais durante a infância, não significa que no futuro o indivíduo irá necessariamente perpetuar essa tradição. Muitas vezes, ele poderá até mesmo subverter e buscar por

essas pautas, com base em suas vivências e na maneira como experiencia o mundo. Contudo, é inegável a forma como o projeto de embranquecimento no Brasil, tentou realizar o apagamento de raízes africanas, impactando a forma como famílias negras se reconhecem e dão seguimento às suas tradições, que conseqüentemente afetam a maneira como a identidade dos membros dessas famílias é construída.

Contudo, vivendo em sociedade, o negro não poderá se manter restrito apenas ao seu contexto familiar; terá, em determinado momento da vida, já crescido, que conviver em outros meios que compõem a civilização, meios esses criados e moldados a partir de uma história colonialista. A partir do seu convívio em sociedade a ontologia (o "ser") do colonizado passa a ser corrompida, pois sua identidade é constantemente moldada por estruturas de dominação externas.

Enquanto estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de ser para-o-outro de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. (Fanon, 2008, p.103)

A partir desse entendimento, passamos a analisar o papel da escola. Podemos pensar nessa instituição como sendo uma importante contribuinte para o processo de construção da identidade dos entes no mundo. Enquanto uma instituição social secundária, é designada a escola, a transmissão de conhecimentos e o oferecimento de um local passível de socialização. É no ambiente escolar que os indivíduos tendem a encontrar seus primeiros pares fora do contexto familiar e possivelmente desenvolverem os conceitos de amizade e pertencimento. De acordo com Paulo Freire (1989), escola é o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. A escola é, sobretudo, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima.

Entendendo a escola como sendo um ambiente facilitador de relações e convívio entre todos que ali se fazem presentes, não se pode deixar de considerar as influências e os impactos que essa instituição atribui aos indivíduos, especialmente durante a infância e adolescência. A relação com o outro e a forma com esta se dá, proporciona grande impacto na maneira com que o ente enxerga a si mesmo.

A identidade social refere-se ao modo como nós, enquanto indivíduos, nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam (BRADLEY, 1996 apud TILIO, 2009).

Se tratando de uma pessoa racializada, pode-se pensar nos mais distintos fatores que podem afetar de modo significativo o perceber-se no mundo partindo das vivências escolares. Segundo a Fundação Carlos Chagas (2025), estudantes negros foram os mais afetados por abandono escolar durante a pandemia.

Dentre o 1,2 milhão de estudantes de 11 a 14 anos que não receberam atividades escolares em casa durante a pandemia, 40,6% são negros. Os dados também apontam que eles somam 45% do total de alunos que não frequentaram a escola no período (FCC, 2025).

Este é apenas um dos dados que devem ser destrinchados em diversas camadas. Perceber a forma como o racismo permeia a sociedade, é perceber que um dado como este não é uma mera coincidência, mas produto de um histórico construído ao longo de centenas de anos. Ao se deparar com realidades como a exposta pela Fundação Carlos Chagas, abre-se um espaço para que se reflita sobre as causas e as perspectivas de mudanças possíveis para que uma transformação real ocorra. Não se pode pensar na construção da identidade negra durante a fase escolar sem relacionar esse processo com os conceitos de racismo, bullying e discriminação, uma vez que essas são mazelas significativas e ainda recorrentes na educação brasileira. Que encarando essa realidade, se tornem cada vez mais fomentadas as propostas de antirracismo e combate à discriminação nas escolas.

Quanto ao mercado de trabalho, o racismo possui poder estruturante das relações sociais e profissionais, transcendendo práticas discriminatórias evidentes e manifestando-se em formas sutis e que são percebidas como cotidianas dentro das relações sociais. A abordagem filosófica fenomenológica-existencial foca na experiência vivida e fornece um referencial teórico importante para uma compreensão do radical desta questão e essencial para compreender o impacto do racismo na percepção e apercepção do corpo negro em ambientes profissionais.

Dentro do ambiente corporativo, a presença do corpo negro é marcada por uma visibilidade diferenciada, associada à uma alteridade racial, impactando não apenas a forma como pessoas negras são vistas por colegas e superiores, mas também a maneira como elas vivenciam esse espaço. O corpo negro, interpretado a partir de sedimentações sociais racializadas, não é visto de maneira neutra ou como meramente profissional, mas sim como um receptáculo de estereótipos e expectativas que limitam sua plena participação, visto que o negro não é um homem (FANON, 2008, p. 26).

FANON (2008) aprofunda essa questão ao discutir como a experiência negra é atravessada por um processo de alienação. Em um corpo social dominado por normas e padrões eurocêntricos, o sujeito negro frequentemente se vê reduzido a um objeto racializado, condicionado a corresponder às expectativas exteriores, do outro. No mercado de trabalho, isso se traduz em um duplo desafio: demonstrar competência profissional e, simultaneamente, combater estigmas associados à sua identidade étnico-racial.

A alienação se concretiza quando o indivíduo negro se percebe através da perspectiva do outro, internalizando e introjetando o olhar racializado e sentindo, muitas vezes, a necessidade de se adequar às normas da branquitude para ser aceito e valorizado. Esse fenômeno gera um efeito de estranhamento, no qual o negro não se percebe como um sujeito pleno, mas como um “outro” dentro do espaço profissional. A necessidade de constante comprovação de competência e a vigilância sobre o próprio comportamento tornam-se elementos centrais dessa vivência.

O entrelace dos conceitos de corpo vivido e alienação racial permite uma compreensão mais global de como as microagressões e barreiras estruturais afetam a experiência laboral de indivíduos afrodescendentes.

7. MÍDIA, ESTEREÓTIPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Tendo em vista que os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na construção da identidade social e individual, é de extrema importância a discussão sobre a forma como a população negra é retratada pela mídia e como isso tem um impacto profundo e marcante na construção da identidade e da autoestima dessas pessoas. Tradicionalmente, os meios de comunicação no Brasil reforçaram estereótipos negativos, associando indivíduos negros a imagens de marginalidade, servidão e hipersexualização. Essas representações não apenas perpetuam preconceitos, mas também afetam diretamente a maneira como os negros se percebem e são percebidos na sociedade. Como apontam Santana, Silva e Angelim (2019), “a mídia, historicamente, tem sido um dos principais veículos de transmissão de estereótipos raciais, que reforçam a desigualdade e a discriminação, contribuindo para a manutenção de um sistema racista estruturado” (p. 4).

Em relação a forma como essa falta de representação afeta a autoestima de pessoas negras, o artigo de Costa e Lima (2021) destaca, “a representação midiática é fundamental para a construção da identidade pessoal e coletiva, e quando essa representação é escassa ou distorcida, há uma grande influência negativa na formação da autoestima de indivíduos negros”. (COSTA; LIMA, 2021 apud MARQUES; KLERER, 2023, p. 12). A forma como a população negra é representada, ou muitas vezes invisibilizada pela mídia, impacta diretamente a construção da autoestima e da identidade racial, especialmente durante a adolescência, uma fase crucial de definição da autoimagem e do pertencimento social. A escassez de representações positivas, junto à presença frequente de estereótipos negativos, dificulta que negros se reconheçam em espaços de protagonismo, sucesso e beleza, levando muitos a desenvolverem sentimentos de inferioridade, vergonha racial, negação da própria identidade e desvalorização de si.

Esse impacto na construção da identidade não se restringe ao campo simbólico, mas também se manifesta de maneira concreta no bem-estar psicológico da população negra. A constante exposição a conteúdos midiáticos que negam, distorcem ou estigmatizam corpos negros, compromete o desenvolvimento saudável

da autoestima e da subjetividade desses sujeitos. Conforme destaca Klerer e Marques, no artigo "Mídia, Identidade e Autoestima" (2023), a mídia tem sido prejudicial para a autoestima de crianças e adolescentes negros na busca por sua identidade, representando esses indivíduos de forma pejorativa, como marginais e, principalmente, quando mulheres, de maneira sexualizada. Devido à falta de exemplos positivos nesses meios, faz-se necessário a inspiração nos poucos artistas e personagens representados, assim, é imprescindível a existência de pessoas negras como referências de poder e potência na sociedade para que sirvam de modelo para crianças e adolescentes, visando sua autoestima e trajetória de ascensão social.

A construção histórica das representações negativas da população negra na mídia brasileira está profundamente ligada a práticas racistas consolidadas no campo do entretenimento. Uma dessas práticas é o *blackface*, que surgiu nos Estados Unidos no século XIX, quando artistas brancos pintavam seus rostos de preto para representar personagens negros de forma caricata e ofensiva. Esses personagens eram quase sempre retratados como ignorantes, preguiçosos ou engraçados, reforçando estereótipos que desumanizavam os negros e os colocavam em uma posição de inferioridade social e moral (Araújo, 2012). No Brasil, essa prática foi amplamente adotada em produções teatrais, cinematográficas e televisivas, sobretudo no teatro de revista do século XIX e em programas humorísticos do século XX. Como aponta Araújo (2012), tais representações contribuíram para a exclusão de atores negros dos meios artísticos e fortaleceram a ideia de que pessoas negras são meros objetos de riso ou escárnio, reforçando a marginalização dessa população nos espaços de prestígio cultural.

Mesmo em ambientes educacionais, o *blackface* ainda é, por vezes, utilizado de forma equivocada, especialmente em datas comemorativas como o Dia da Consciência Negra. Professores e instituições, na tentativa de homenagear a cultura afro-brasileira, acabam por reproduzir práticas simbólicas carregadas de racismo, muitas vezes sem compreender o peso histórico e discriminatório dessa encenação coloca o corpo negro como diferente. Essa exotização faz com que ele seja, novamente, levado a um lugar de regulação pelo grupo dominante, em que esse corpo regulado é também o corpo estereotipado por um conjunto de representações que sustentam ideários racistas (Gomes, 2019) . Essa continuidade simbólica afeta

diretamente a forma como os sujeitos negros são percebidos e se percebem na sociedade, reforçando barreiras de pertencimento, valorização e representação social.

Contudo, a invisibilidade é outro problema significativo, em que a ausência de pessoas negras em posições de destaque na televisão, no cinema e na publicidade, transmite a ideia de que elas não pertencem a determinados espaços de poder e influência. Essa falta de representatividade contribui para a manutenção das desigualdades e limita as expectativas de muitos negros que não se veem refletidos nos meios de comunicação. A baixa representatividade midiática impacta as qualidades da autoimagem da população negra, reforçando sentimentos de exclusão e inferioridade.

Outro ponto central na discussão está relacionado à forma como a população negra é representada nos noticiários e programas voltados à segurança pública. A mídia, enquanto formadora de opinião, não apenas informa, mas também estrutura imaginários sociais, influenciando diretamente a forma como diferentes grupos são percebidos e tratados. Quando se trata da população negra, essa influência muitas vezes opera de maneira negativa e seletiva, especialmente no modo como a violência urbana é narrada e veiculada ao público.

A maneira como a mídia cobre crimes, muitas vezes focando em pessoas negras como responsáveis por atos violentos, reforça esse estigma. Isso contribui para a criminalização da juventude negra, que muitas vezes é tratada como suspeita ou culpada antes mesmo de ser julgada, com impactos diretos nas políticas públicas, como o encarceramento em massa e a violência policial. Esse estigma também diz respeito à segurança e ao bem-estar da população negra, que vive sob o medo constante de ser alvo de discriminação ou violência por conta de seu corpo.

“[...] associação constante entre negros e a criminalidade na mídia reforça um estigma que criminaliza a população negra, levando à perpetuação de um ciclo de violência. A construção midiática de uma imagem de risco e ameaça, associada ao cor da pele, não só amplia o medo social, mas também justifica práticas discriminatórias, como a violência policial e a brutalidade no tratamento de jovens negros em situações cotidianas (Santana, Silva e Angelim 2019 - p. 11).”

Essa dinâmica tem impactos diretos nas políticas públicas, resultando em práticas como o encarceramento em massa e o uso excessivo da força por parte das autoridades. Dados recentes revelam que, em 2023, quase 90% das pessoas mortas por policiais no Brasil eram negras, evidenciando o viés racial presente nas operações de segurança pública (RAMOS, Silvia et al, 2024). Além disso, estudos mostram que adolescentes negros são abordados pela polícia em idades cada vez mais precoces, o que reforça um padrão de vigilância seletiva baseado na cor da pele (OLIVEIRA, R. T., PICCIRILLO, D., GOMES, A. M, 2023). Essa realidade afeta diretamente o bem-estar e a autoestima da população negra, especialmente dos jovens, que crescem sob constante ameaça de violência e discriminação.

Em contrapartida devemos analisar outro aspecto importante que é a construção de movimentos sociais em âmbito nacional e a forma como estes impactam na reafirmação da identidade negra. De acordo com os cientistas sociais SOUZA e PEREIRA (2022), pode-se compreender os movimentos sociais como coletivos que buscam modificar a sociedade e se utilizam de protestos de rua, abaixo-assinado, fóruns, congressos, ocupações, entre outros, para alcançar os objetivos desejados. Pensando no extenso processo histórico da luta negra no Brasil, é possível refletir que ainda que não nomeados como movimentos sociais, a formação de coletivos em busca de direitos e modificações existe e resiste há centenas de anos. A constituição de quilombos durante o período escravocrata, por exemplo, se deu partindo de um contexto onde se buscava por liberdade e necessidade da criação de locais comunitários onde povos africanos e originários pudessem residir e se distanciar da escravidão e violência instituídas por senhores de engenho e bandeirantes, que insistiam na perseguição desses povos. Quilombolas não apenas se refugiavam, como também defendiam e lutavam pela resistência dos quilombos e de suas culturas. O Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência negra, localizado no mocambo dos Macacos, Pernambuco, é um dos grandes exemplos da luta social. A formação desses grupos comunitários simboliza o que seria o início de uma longa jornada pela defesa de direitos.

Em suma, é possível afirmar que os movimentos sociais se traduzem na ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa ou promoção, no âmbito das relações de classes, de certos objetivos ou interesses,

envolvendo tanto a busca por transformação como de preservação da ordem social vigente (GALVÃO; SOUZA, 2022, p. 13).

Os movimentos sociais propriamente ditos se expandem a partir da década de setenta, partindo principalmente da ideia de classes, movimentos sociais e rurais e políticos. De acordo com José Geraldo (2014), em seu artigo sobre os movimentos sociais e negritude no Brasil, a presença e atuação da comunidade negra no desenvolvimento das lutas sociais não passa, num primeiro momento, pela consciência de negritude. O autor acredita que o caráter das lutas sociais se inicia com o objetivo de reivindicar direitos básicos.

A cidadania está diretamente associada com as melhorias objetivas, como água, creche, asfalto, saúde, escolas etc, para a comunidade de um modo geral. Esta comunidade, com carências, a ser atendida é de pobres. O fato dos pobres serem maioria negros, ainda não se constituiu num problema para os participantes destas lutas sociais (ROCHA, 2014, p. 8).

Mesmo lutando por essas melhorias de vida, sem um viés racial, percebeu-se as mazelas que pessoas racializadas estavam sujeitas, ainda que de alguma forma ascenderem socialmente. Assim como o autor elabora ao longo do artigo, o movimento social que se iniciou com base na pobreza vivida por pessoas de maioria negra, passou a entender que esses aspectos não estavam desprendidos um do outro, pelo contrário, se relacionavam e eram resultado da história nacional. De acordo com José, esta compreensão daquilo que é circunstancial e do que é próprio da natureza, certamente nos fará entender porque negros e brancos pobres, em mesmas condições, no mercado de trabalho, o branco é absolvido e o negro não (p. 9). Ele segue exemplificando com o salário mais baixo para negros em mesmos cargos que brancos e a preferência policial por suspeitar de negros nas imediações de qualquer crime ou delito. Com o passar dos anos, pode-se considerar os avanços dos movimentos sociais no sentido da maneira como são fomentados e da visibilidade que os mesmos recebem desde seu início e a importância dos próprios negros para que esses avanços sigam acontecendo, desde os quilombos do século XVI, até os dias atuais, onde importantes movimentos como o MNU (Movimento Negro Unificado), fundado no final dos anos 70, continuam em atividade,

perseverando em função dos direitos de pessoas negras e lutando pela equidade racial no país.

8. FENOMENOLOGIA E NEGRITUDE: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO SENSÍVEL À RAÇA.

Ao se debruçar nas raízes do racismo e em como este afeta os mais diversos âmbitos da vida de indivíduos racializados, se faz necessário pensar nos impactos psicológicos que este promove e na importância de se aprofundar nessas consequências, resultantes de uma raiz histórica e uma longa construção social. Partindo desta base histórica, encontra-se a retirada forçada de pessoas que se viram rompendo com suas culturas, heranças e vivências. Como se não bastasse esse rompimento, se viram escravizados e sem direito a qualquer noção de dignidade. Para que se pense hoje na saúde mental, especialmente de pessoas negras e povos originários em contexto nacional, é imprescindível que essa reconstrução histórica aconteça e que luz seja dada às centenas de anos de escravidão e exploração.

É inviável que se dissocie as mazelas do racismo à saúde mental, partindo do saber que desde o princípio esta é afetada, havendo uma época não tão distante, onde este não era um tópico nem mesmo discutido. Se faz necessário destacar a resistência negra semeada desde o início, que contribuiu para a retomada da cultura e o fortalecimento emocional, onde mesmo inseridos em um cenário de hostilidade e violação nos mais diversos âmbitos, a busca por liberdade e a construção de ambientes onde pudessem exaltar sua ancestralidade, como os quilombos, persistiram e resistiram.

As fugas e construções de quilombos garantiram o restabelecimento do senso de identidade e de coletividade permitindo que, por piores que fossem as condições de vida, muitos sobrevivessem e inscrevessem em terras brasileiras as heranças culturais da África (VEIGA, 2019, p. 2)

Assim como destacado por Lucas Veiga, em seu artigo voltado a descolonização da Psicologia, é importante que se destaque a influência branca

européia desta escola ao surgir no Brasil. Com raízes colonizadoras, de forma naturalizada, a Psicologia se fundiu nas raízes europeias centralizadas, característica que garantiu marcas até os dias de hoje, onde ainda se percebe a elitização dessa vertente, que conseqüentemente demarca determinados indivíduos e territórios que terão maior acessibilidade ao cuidado psicológico. Veiga destaca em seu artigo: “Como desdobramento dessa colonização do pensamento, homens-brancos-europeus foram tomados como sabedores das questões filosóficas, existenciais, políticas, econômicas, artísticas e psicológicas de todos os povos”. Ao abordar a subjetividade construída pela população negra, o autor expõe: “Vivemos num país antinegro, e isto tem efeitos nocivos sobre as subjetividades negras. O termo subjetividade, aqui, refere-se à produção de modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo (VEIGA, 2019).”

Considerando a análise de um país historicamente racista e que mantém, até hoje, mecanismos de opressão racial internalizados, entende-se a necessidade de uma prática clínica que contemple as necessidades específicas que envolvem o trabalho realizado com pessoas negras. Entretanto, Santos e Schucman (2015) evidenciaram o quanto a formação de psicólogas e psicólogos é deficitária quanto ao tema, sendo tratado, amiúde, de forma periférica.

A psicologia clínica fenomenológica-existencial oferece elementos para a compreensão dos fenômenos específicos vividos por pessoas negras. Com o uso da suspensão fenomenológica, a *epoché* descrita por Husserl, o psicólogo prioriza a escuta das experiências vividas – sem reduzi-las a categorias universais ou patologizantes –, sendo assim a fenomenologia permite a verdadeira compreensão do sofrimento, reconhecendo que o racismo não é apenas um “dado externo”, mas que também constitui uma estrutura que molda corpos, afetos e existências.

Para aprofundar a discussão, faz-se necessário a conceitualização de dois termos centrais. O “fenômeno” é, segundo Heidegger (1988 apud Cardinalli, 2015), o que se revela, o que se mostra em si mesmo; entretanto só chegamos ao fenômeno propriamente dito por meio da *epoché* que, na fenomenologia de Edmund Husserl, possui o caráter de suspensão de juízo, isso porque o mundo, portanto, em face de sua indeterminabilidade essencial, exige que se realize uma restrição fenomenológica através de uma redução do conhecimento para suas características

necessárias ou essenciais – o que é abordado no conceito de epoché (HUSSERL, 2006 apud RÖNNAU, 2023). Sendo assim, a fenomenologia propõe ao profissional a suspensão de pré-julgamentos teóricos e/ou culturais – muitos deles enraizados em visões eurocêntricas da psicologia.

Outro importante ponto a ser discutido, é o corpo e a forma como este é percebido enquanto um corpo no mundo, no sentido em que afeta e também é afetado pelas mais diversas variáveis. Quando este corpo em questão é negro e vive em uma sociedade construída sob a colonização e subalternização destes mesmos corpos, pode-se compreender que a maneira como será percebido, para além da singularidade individual, será afetada por marcas promovidas historicamente e mantidas de forma estrutural. Se tratando da psicologia fenomenológica, se faz necessário que a percepção do corpo seja pensada e discutida não somente sob a ótica social, mas também em relação ao corpo vivido. A fenomenologia entende esse corpo vivido, como sendo aquele que precede a interpretação e compreensão do mundo, não sendo apenas um objeto físico, mas que se transforma em sua constante relação com o mundo.

O corpo vivido, definido na Fenomenologia da Percepção como movimento, não está no espaço como um corpo físico ou como o corpo anátomo-fisiológico, tampouco está fora do espaço como uma consciência que o sobrevoaria como totalidade inteligível, ele “faz” espaço ou “abre” o espaço: a isto se refere o tópico merleau-pontiano da “profundidade” enquanto espacialidade originária, existencial e ontológica, que estabelece o movimento corporal e constitui a raiz subjacente da espacialidade pensada e da espacialidade física. (GARCIA, 2012, p. 141)

Entendendo o corpo como o meio pelo qual o ser se encontra no mundo, pode-se pensar em como o olhar em direção aos corpos negros exercem impactos a depender da forma como são vistos e tratados. Desenvolver-se em ambientes cujo os olhares estão repletos de julgamentos, pode ser entendido como um fator de grande impacto para a construção de uma identidade, ainda que não determinante. Conceitos como a autoestima e a percepção de si, fundamentais para o desenvolvimento, também podem ser afetados partindo desses olhares externos, ou seja, a presença do corpo negro na sociedade por si só, poderá influenciar na forma

como o indivíduo se percebe e se relaciona. Considerando o pensamento de Fanon acerca de seus conceitos de ser e não-ser:

É pelo olhar branco que o corpo negro é esvaziado de resistência ontológica e remetido à zona do não-ser. Pelo processo de epidermização da inferioridade, o negro procura embranquecer. Por outro lado, este mesmo corpo pode ser uma agência de resistência e elaboração do conhecimento ao assumir sua visibilidade. (BERNARDINO-COSTA, 2016)

Neste sentido, é possível perceber que o corpo pode ser sim marcado pelas perspectivas externas, o que em contrapartida, pode dar lugar a busca pelo fortalecimento da resistência negra enquanto resposta ao processo de construção histórico de ideais colonialistas e enviesados, a fim da emancipação de corpos racializados para que possam desenvolver recursos, físicos e psíquicos.

Portanto, outra questão a ser abordada é a vivência do tempo e do espaço em contextos racializados, em que a fenomenologia entende que o tempo e o espaço não são apenas medidas objetivas ou físicas, pelo contrário, são experiências vividas, ou seja, são sentidos de forma subjetiva por cada pessoa, de acordo com sua forma de estar no mundo. Quando falamos de pessoas negras vivendo em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, é importante reconhecer que essa experiência do tempo e do espaço também é atravessada por essa marca social.

Pessoas negras frequentemente vivenciam o tempo com uma sensação de antecipação constante, ou seja, não é preciso que o racismo aconteça diretamente o tempo todo, pois o medo de que ele aconteça já é suficiente para gerar sofrimento. O esperar que algo aconteça, podendo ser através de olhares tortos, desconfianças, exclusões ou até mesmo agressões, torna o tempo uma experiência carregada de tensão. O mesmo vale para o espaço: certos ambientes podem não ser percebidos como lugares neutros, mas como lugares de ameaça, em que é preciso estar alerta o tempo todo. Isso afeta diretamente no comportamento, na movimentação e em como o corpo negro se posiciona no mundo.

Segundo BERNARDINO-COSTA (2016), o sofrimento psíquico nesse contexto não pode ser visto apenas como uma consequência de acontecimentos

pontuais, como um insulto ou uma violência isolada. Ele está presente de forma contínua, como parte da própria vivência da pessoa negra:

O racismo estrutural opera não apenas sobre as condições materiais de vida dos sujeitos negros, mas também sobre sua subjetividade. A vivência do tempo e do espaço para essas pessoas é marcada por uma constante vigilância, um estar-no-mundo condicionado pela experiência do medo, da ansiedade e da antecipação do sofrimento. O sofrimento psíquico, portanto, não pode ser entendido apenas como reação a um evento, mas como uma constante existência no tempo e no espaço raciais. O corpo negro se torna um corpo que carrega consigo o peso histórico da inferiorização e da marginalização, não sendo mais um simples corpo no mundo, mas um corpo sob constante ameaça e vigilância (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 98).

Esse modo de estar no mundo, condicionado pela expectativa do sofrimento, afeta não apenas o comportamento visível, mas também a estrutura interna da experiência. A subjetividade vai sendo moldada por esse processo contínuo de restrição e vigilância. Conforme destaca BERNARDINO-COSTA (2016), a forma como as pessoas negras aprendem a se comportar nos espaços públicos, evitando determinados lugares, não respondendo certas provocações ou se adequando a padrões impostos, revela como o racismo penetra na existência cotidiana, até mesmo nos gestos mais simples.

O sofrimento racial se torna um horizonte de sentido da existência, afetando não apenas como o sujeito se sente, mas como ele se constitui e se relaciona. Trata-se de uma experiência que atravessa a corporeidade e modifica os modos de habitar o mundo, exigindo estratégias constantes de adaptação e resistência.” (SANTOS, 2021, p. 9)

Essa experiência também transforma o modo como o futuro é vivido, podendo ser imaginado não como algo livre, mas como uma sequência de obstáculos, medos e resistências. O presente é vivido muitas vezes com tensão e cuidado. A própria ideia de estar em um lugar, seja um ambiente profissional, escolar ou de lazer, vem acompanhada de questionamentos a si mesmo, como "Eu sou bem-vindo aqui? Vão me tratar com igualdade?". Essas experiências acabam influenciando o modo como o sujeito se percebe no mundo.

“A fenomenologia, ao abordar o sofrimento psíquico no contexto racializado, nos permite entender que este não é apenas uma reação a eventos externos, mas sim um modo de ser no mundo. Para o sujeito negro, o sofrimento é uma condição existencial que atravessa o tempo e o espaço, afetando sua experiência de si mesmo e do outro. O racismo não é algo que se limita a momentos específicos, mas é uma estrutura que permeia e define a maneira como o sujeito vive seu tempo, seu corpo e seu espaço, sempre como alguém marcado, avaliado e julgado” (COSTA, 2016, p. 107).

Dessa forma, entende-se que o sofrimento psíquico vivido por pessoas negras não se limita a traumas isolados, mas está relacionado com uma estrutura social mais ampla, que atua sobre a forma como essas pessoas experienciam o mundo. A fenomenologia, ao valorizar o vivido, permite que esse tipo de sofrimento seja reconhecido com a profundidade que merece, não como algo patológico, mas como uma consequência direta de uma existência marcada por desigualdade, luta e resistência.

A experiência do racismo não é apenas um acontecimento externo ao sujeito, algo que lhe acontece do lado de fora — ela opera, fundamentalmente, como uma ferida intersubjetiva, desestabilizando os alicerces da constituição do eu. Na tradição fenomenológica, particularmente nos escritos de Emmanuel Levinas e Jean-Paul Sartre, o olhar do outro é condição de possibilidade para que o sujeito se reconheça como existente. Ser visto, ser tocado simbolicamente pelo olhar do outro, permite ao sujeito emergir no mundo como alguém. No entanto, quando esse olhar é contaminado por ideologias racistas, a alteridade deixa de ser terreno de encontro para tornar-se espelho distorcido que desfigura — e, por vezes, nega — a humanidade do outro.

LEVINAS (1961 apud CALVACANTI, 2011) propõe que a ética nasce no rosto do outro, esse rosto que me interpela e me convoca à responsabilidade. Ele não é apenas uma face visível, mas um significante do infinito, um apelo que me convoca antes mesmo de qualquer escolha racional. Porém, para sujeitos racializados, esse rosto é frequentemente silenciado pelo filtro do preconceito. O que se oferece não é um olhar ético, mas uma mirada colonizada, que já vê o outro como “menos que”. O rosto, então, não convoca à responsabilidade, mas à dominação. É nesse ponto que

a intersubjetividade se fere: quando o encontro com o outro não abre espaço para a alteridade, mas para a redução, para a desumanização.

SARTRE (1943 apud VIEIRA, ARDANS-BONIFACINO, ROSO; 2016), por sua vez, já indicava que a consciência de si depende da presença do outro — é o olhar do outro que me revela como objeto e me devolve a mim mesmo, permitindo-me refletir sobre quem sou. Todavia, quando o sujeito é reduzido ao estereótipo — àquilo que FANON (1952) chamou de “pele negra, máscaras brancas” —, esse processo de reconhecimento se converte em um aprisionamento identitário. Fanon descreve a experiência do homem negro colonizado como alguém que, ao ser olhado, não é visto em sua singularidade, mas como imagem projetada, construída, controlada. O sujeito não é reconhecido, mas imaginado, congelado em uma moldura histórica que não lhe pertence. Como ele escreve: “*Com a exceção do negro que habita os trópicos, o negro só pode ser compreendido em relação ao branco*” (FANON, 1952, p. 74). Trata-se, portanto, de uma subjetividade costurada a partir da ausência de espelhamento legítimo - um existir refém do olhar colonizador.

Esse não-reconhecimento reiterado, cotidiano, - que o racismo estrutural instala no tecido social - produz feridas silenciosas, mas profundas. É uma violência que não grita, mas molda. Que não se anuncia, mas sustenta-se em olhares desviados, em oportunidades negadas, em silenciamentos instituídos como norma. Trata-se de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989), mas que encarna, que se inscreve no corpo e na psique. E, na clínica, muitas vezes ela se manifesta em forma de vergonha, de culpa que não se compreende de onde vem, de sentimento de não-pertencimento mesmo nos espaços onde há pertencimento formal.

A clínica, nesse contexto, não pode ser um lugar de neutralidade ou assepsia. Ela precisa ser, antes de tudo, espaço de escuta radical, onde a dor do não-reconhecimento possa finalmente encontrar um outro que não apenas ouve, mas se deixa afetar. Um outro que reconhece a ferida e se posiciona diante dela — não como quem tem a cura, mas como quem caminha junto no reconhecimento da dignidade violada.

KEHL (2009) infere que o sujeito precisa sentir que “faz diferença” para o outro para poder sustentar sua existência de forma vital. Em sujeitos racializados,

essa diferença muitas vezes é lida como ameaça, como excesso, como algo a ser contido. A clínica que se propõe ética não pode ignorar isso. Ela precisa reconhecer que o sofrimento psíquico de pessoas negras, indígenas ou racializadas não pode ser compreendido sem levar em conta as violências epistêmicas, culturais e subjetivas que atravessam seus corpos e histórias.

Nesse sentido, cuidar da subjetividade racializada implica também recolocar o laço intersubjetivo em sua dimensão ética. Ou seja, implica fazer da clínica um espaço onde o reconhecimento seja possível, onde o sujeito não precise performar ou justificar sua dor para ser legitimado. Como argumenta CARNEIRO (2005), a luta antirracista não é apenas política ou social — é, também, uma luta ontológica, pela restituição da condição de sujeito. Reconhecer essa ferida é, portanto, reconhecer o sujeito.

Assim, ao pensar o racismo como rompimento do reconhecimento, compreendemos que a clínica — sobretudo a que se ancora em perspectivas fenomenológicas e existenciais — deve se reconfigurar como lugar de restituição. Não se trata de oferecer respostas prontas, mas de sustentar perguntas que reconstituam o laço com a alteridade. A intersubjetividade ferida exige da clínica uma escuta que não seja apenas técnica, mas ética. E talvez seja exatamente aí que começa toda a ética: no reconhecimento de que o outro me obriga.

A partir da compreensão realizada, se faz necessário pensar em como deve se dar a formação e a atuação de psicólogos antirracistas, visto que além de debater o racismo de forma teórica é preciso focar no aspecto prático da formação dos profissionais. Deste modo, a questão surge: “Como fazer com que terapeutas identifiquem e superem seus próprios preconceitos raciais para que não afetem a sua relação com o cliente?”

O racismo aparece nas falas e pensamentos, mas emerge principalmente nos hábitos e sentimentos que se manifestam em sociedade, seja em relações interpessoais, na mídia, na educação e assim por diante. Desse modo, combater o racismo exige trabalhar aquilo que as pessoas nem percebem que têm, por se manifestar de forma pré-reflexiva — os vieses e reações automáticas. Esse é o passo essencial para que terapeutas (especialmente os em formação) possam

repensar os valores que guiam sua prática. Entretanto, constatamos que a temática racial ainda segue pouco falada, fato comentado pelo próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) por intermédio da cartilha de Relações Raciais: referências Técnicas Para a Atuação de Psicólogas(os) lançada em 2017.

Todos os revisores, sem exceção, notaram a escassa produção entre as(os) psicólogas(os) sobre relações raciais, o que indica que a negação da temática na sociedade tem sido repetida na Psicologia, ainda que os artigos publicados colaboram significativamente para a discussão do tema dentro (e fora) do universo psi. (CFP, 2017, p. 84)

É evidente que o apagamento faz com que relações violentas continuem ocorrendo mesmo em clínicas, nos afastando do ideal proposto por Carl Rogers (1986), de uma comunicação que não envolva a superioridade e a opressão, em que “os indivíduos devam confrontar, do seu modo, as adversidades das situações para que ocorra a mudança, em oposição à relação vertical e hierárquica e por defender que é através da comunicação que se cria uma relação mútua e edificadora de conflitos e responsabilidades”.

A pluralidade que pode ser encontrada em meio a prática psicológica se torna ainda mais ampla quando consideram-se recortes como a raça. A fenomenologia, ao focar na experiência subjetiva, valoriza a busca por sentido. No caso de pessoas negras, a ancestralidade — com suas tradições, religiões de matriz africana e narrativas de resistência (como a dos quilombos) — pode ser um fator importante para a reconstrução de identidades e laços de pertencimento.

9. DISCUSSÃO

Para que se inicie uma compreensão acerca do processo de construção da identidade étnico racial, é fundamental que a herança cultural seja observada sob um prisma crítico, partindo do saber que essas bagagens históricas influenciaram e ainda influenciam na forma como corpos racializados se percebem e constroem suas identidades. É importante ressaltar a forma como se deu o período escravagista em contexto nacional, onde por cerca de 350 anos, um longo período, negros tiveram sua liberdade ceifada para viverem, ou sobreviverem, a serviço da

branquitude, vivendo na pele a escravidão. Com a abolição desse regime escravocrata, a liberdade não foi encontrada e parece ainda estar distante, 137 anos após a dita abolição, que ainda que seja considerado um acontecimento impactante, não simboliza a verdadeira luta que partiu da resistência de negros, negras e indígenas, aqueles que viveram na pele as mazelas do período escravocrata.

Ainda enquanto herança, as políticas de branqueamento que visavam a imigração de europeus para território nacional, também tiveram seus impactos sobre o futuro de pessoas negras. A ideia eugenista de tentar embranquecer a mesma sociedade que escravizou milhões de pessoas por centenas de anos, deixou explícito que estas não seriam vistas para além da subalternização, muito menos aptas a garantia de leis de incentivo para que garantissem direitos e dignidade. Partindo do entendimento da relevância da herança colonial enquanto forte marcadora da pauta racial, este trabalho compreende a importância de abordar essa bagagem para que se introduza o extenso caminho que se desdobrou posteriormente e por meio de estudos, pesquisas e resistência, continua a desdobrando-se.

Como aponta Lélia Gonzalez (1988): “A colonialidade não acabou com a independência política. Ela se mantém na estrutura social, na cultura, no racismo e no sexismo que ainda definem a vida da população negra no Brasil” (A categoria político-cultural de amefricanidade). Se torna indiscutível a presença das marcas deixadas por esse período, que inegavelmente foram cultivadas e perpetuadas por um período tão longo, que ainda não foram superadas, apesar da constante luta por equidade por parte da resistência negra.

Nota-se que a existência negra é situada em um contexto de opressão estrutural, que molda e limita sua experiência como um ser-no-mundo. Assim, como resultado de uma sociedade colonizada, nascida da supremacia branca e do racismo, concluiu-se que o convívio em sociedade é vivenciado de forma diferente para pessoas pretas. Notou-se que a existência negra é situada em um contexto de constante opressão estrutural, que a molda e limita.

A partir disso, compreende-se que a primeira socialização acontece no contexto familiar, é por meio deste que questões culturais, éticas e morais são

difundidas. Entretanto, apesar de importante, é importante compreender que a existem outros determinantes para além da família e, a partir disso foi explorado a influência exercida pela escola/educação e outros meios sociais que passam a ser presentes durante a vida. Como descrito no capítulo “O meio social”, compreendeu-se que a partir do momento em que a convivência social é ampliada, a ontologia (o "ser") da pessoa negra passa a ser corrompida, pois sua identidade é constantemente moldada por estruturas de dominação externas.

Enquanto estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de ser para-o-outro de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. (Fanon, 2008, p.103)

Apresentaram-se dados que revelaram a realidade de pessoas negras, evidenciando a marginalização e a discriminação vividas em seus cotidianos. Entretanto, as diferenças e exclusões que surgem na escola compõem um problema muito maior, visto que estes se estendem para outras áreas da sociedade, como por exemplo ao acesso à saúde, ensino superior e, mais tarde, às dificuldades acentuadas diante do mercado de trabalho. Isso porque se tornou evidente que, ao começar a trabalhar, o corpo negro segue sendo atravessado por estigmas históricos e sociais que alteram sua percepção e sua inserção no ambiente, gerando impactos ainda maiores que afetam a empregabilidade, o convívio, a saúde mental e as economias de uma pessoa negra .

Compreendeu-se que enquanto trabalhador, a pessoa negra está constantemente lutando para que sua competência profissional seja reconhecida e para que estigmas associados à sua identidade étnico-racial sejam superados. O resultado é a constante inadequação, opressão, desigualdade e sofrimento.

Ao investigar aspectos importantes para construção de identidade de pessoas negras, foi possível constatar a influência da mídia na autoestima de negros, em que os meios de comunicação não atuam apenas como transmissores de informação, mas como potentes organizadores da realidade vivida. Ao longo da pesquisa, observa-se que a escassez ou distorção da representação de corpos negros na televisão, no cinema, na publicidade e nas redes sociais contribui significativamente

na forma como são vistas pela sociedade e para a formação de uma autoimagem fragilizada, especialmente na adolescência, fase central para a constituição do Eu, já que a mídia internaliza padrões de beleza e sucesso ligados a branquitude.

Conforme discutido na pesquisa, a mídia brasileira historicamente construiu narrativas em que o sujeito negro aparece de forma negativa, estereotipada ou, muitas vezes, sequer aparece. Essa invisibilidade simbólica opera como um tipo de exclusão subjetiva: se não há imagens positivas de referência, o jovem negro cresce sem poder se enxergar em papéis de sucesso, de beleza ou de protagonismo. Como apontam Costa e Lima (2021), essa ausência compromete diretamente o desenvolvimento da autoestima, gerando um sentimento de não pertencimento. Com isso, através da ótica fenomenológica, entende-se que o corpo negro não é só um corpo físico, mas um corpo vivido, ou seja, ele carrega as experiências, os olhares e os significados que foram sendo construídos ao longo da vida.

Analisando os materiais estudados, pode-se confirmar a hipótese de que a mídia, como parte do meio social, é um dos fatores mais determinantes na formação da identidade racial. Ao retratar pessoas negras quase sempre em situações de criminalidade, pobreza ou subalternidade, ela reforça padrões herdados do período colonial e contribui para manter estruturas racistas já consolidadas. Essa construção simbólica não afeta apenas a percepção individual, mas também molda o imaginário social, alimentando a ideia de que esses papéis são “naturais” ou “esperados” para pessoas negras. Como consequência, reforçam preconceitos, justificam práticas discriminatórias e limitam as oportunidades, influenciando desde decisões cotidianas até políticas públicas.

Em contrapartida, a pesquisa evidenciou que quando há diversas formas de representação e afirmativas da negritude, há um efeito positivo na autoestima e no sentimento de pertencimento, indicando que a mudança não se resume a aumentar a visibilidade, mas a transformar as narrativas e papéis ocupados por pessoas negras nos meios de comunicação. Esse resultado reforça a importância de ações afirmativas e de uma mídia comprometida com a diversidade como parte de um projeto maior de justiça social.

Portanto, o enfrentamento desse problema exige mais do que debates pontuais: requer uma mudança estrutural na forma como a negritude é representada, para que pessoas negras possam se reconhecer como protagonistas de suas histórias e não apenas como personagens moldados por olhares externos. Essa transformação, além de simbólica, tem impactos diretos na saúde mental, nas relações sociais e no combate às desigualdades históricas.

Durante o percurso desta pesquisa, uma questão nos acompanhou de forma constante: a dificuldade de encontrar materiais que se debruçassem com profundidade e sensibilidade sobre as experiências de pessoas negras dentro da Psicologia. Essa constatação não surgiu apenas como percepção prévia, mas como resultado direto do levantamento bibliográfico que realizamos: a maioria dos estudos encontrados estava centrada em referenciais eurocêntricos, e apenas uma fração articulava a fenomenologia com questões de raça, classe e gênero. A sensação era a de procurar por algo que deveria existir em abundância, mas que se revelava escasso. Especialmente quando buscávamos trabalhos que conectassem conceitos como ser-no-mundo, corpo vivido e intersubjetividade às experiências racializadas, o vazio bibliográfico se tornou evidente.

Essa ausência aponta para algo que vai além de uma limitação pontual; ela confirma, a partir dos resultados levantados, o quanto ainda é recente e frágil o esforço de incluir vozes e vivências negras nos espaços acadêmicos e profissionais que historicamente foram construídos sem elas. Não se trata de um acaso — nossos dados revelam que, mesmo nas produções mais recentes, predomina o olhar produzido por autores brancos, ocidentais, inseridos em contextos socioculturais distantes da realidade brasileira.

Apesar de a graduação oferecer algumas disciplinas que se propõem a abordar relações raciais, como Psicologia Social e Relações Étnico-Raciais, o mapeamento bibliográfico e a análise curricular dos trabalhos revisados mostram que esse debate permanece, muitas vezes, restrito a conteúdos isolados, quase como um “acréscimo”, e não como eixo transversal do fazer psicológico. Falar de raça ainda parece tarefa pontual, quando os dados e as teorias analisadas demonstram que a racialidade atravessa todas as dimensões da existência. Essa abordagem fragmentada alimenta silêncios: silêncios na psicopatologia, no

desenvolvimento humano, na clínica, na escuta, mantendo vivas as estruturas racistas em espaços que deveriam promover cuidado e escuta qualificada.

A centralidade do olhar branco e europeu na produção psicológica torna-se ainda mais problemática quando contrastada com o perfil do público efetivamente atendido nas clínicas, escolas e instituições públicas — realidade destacada em vários artigos revisados. São sujeitos que vivem em contextos de desigualdade e exclusão histórica, com vivências que afetam profundamente seus modos de existir e perceber o mundo. Como aponta Veiga (2019) e como reiteram os resultados da nossa pesquisa, é urgente descolonizar o pensamento psicológico, reconhecendo que a subjetividade negra é construída em uma sociedade marcada por estruturas antinegras — e que essa marca precisa ser considerada no modo como pensamos, pesquisamos e atuamos.

Sentimos, ao longo da análise dos materiais, a escassez de trabalhos que articulassem a construção da identidade étnico-racial negra com referenciais fenomenológicos. Poucos autores abordam a experiência negra como experiência de mundo específica, marcada por atravessamentos raciais, e não apenas como exemplo periférico de teorias gerais. Nesse sentido, nomes como Frantz Fanon, Sueli Carneiro, Silvio Almeida, Djamilia Ribeiro e Neusa Santos Souza se tornaram fundamentais para interpretar as lacunas observadas. A obra *Tornar-se negro* (1983), por exemplo, dialogou diretamente com a constatação de que o sofrimento causado pelo racismo, identificado nos textos revisados, não se resume a eventos isolados, mas estrutura a experiência de existir em um mundo hostil ao corpo negro.

Além disso, a análise dos materiais revelou que o debate racial permanece incipiente em áreas como Psicopatologia e Psicologia do Desenvolvimento, corroborando a hipótese de que o currículo e as práticas seguem fragmentando o conhecimento e separando o sofrimento psíquico de seus contextos sociais. Os textos que abordavam o racismo estrutural confirmam que ele atua não apenas como violência externa, mas como estrutura organizadora de relações sociais, institucionais e subjetivas — o que reforça as críticas de Santos e Schucman (2015) sobre a deficiência na formação de psicólogos.

Ao trazer esse debate para o centro, nossa pesquisa não apenas denuncia a lacuna, mas reafirma, com base nos resultados obtidos, a importância de construir uma Psicologia comprometida com a realidade brasileira, sua diversidade e desigualdades. Isso implica valorizar epistemologias afro-brasileiras e indígenas, escutar vozes historicamente silenciadas e reconhecer que não existe neutralidade quando se trata da formação subjetiva em contextos de exclusão. A descolonização da Psicologia, como indicam tanto a literatura analisada quanto a leitura crítica de nossos achados, é tarefa teórica, ética e política, que exige da universidade, dos professores, estudantes e profissionais um compromisso ativo com práticas antirracistas.

Como ressalta Ribeiro (2019), “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista, mas é possível ser antirracista com esforço e consciência”. Nosso trabalho se inscreve nesse esforço, reforçando que não há cuidado psicológico possível sem considerar o contexto em que os sujeitos vivem, resistem e constroem suas existências.

10. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo explorar o processo de construção da identidade étnico-racial de afrodescendentes sob a ótica da fenomenologia, onde buscou-se ao longo da construção do projeto, explorar aspectos que colaboraram e ainda exercem influência para que tal construção se desenvolva, como a herança colonial, sobretudo no contexto sociocultural brasileiro, os impactos do meio social na formação da identidade e a influência da mídia na autoestima de pessoas racializadas. Dialogando com a Psicologia Fenomenológica, foi possível a construção de um trabalho que identificou os significativos impactos destes aspectos para a formação da identidade étnico-racial.

Ao decorrer da pesquisa, percebeu-se que o existir do corpo negro em si, já implica em vivências diferentes de indivíduos não racializados, ao mesmo tempo que proporciona fenômenos coletivos experienciados pela negritude, como a identificação, a resistência e o racismo, discutido em diferentes esferas e contextos durante esse trabalho, a fim de apresentar seu caráter histórico e construir uma temporalidade para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado. Compreendeu-se

que não há a possibilidade da construção de uma identidade desvinculada ao meio social, uma vez que para se constituir, a identidade pode ser percebida como intrinsecamente conectada às construções e interações sociais, culturais e históricas. Tendo em vista tal percepção, o trabalho debruçou-se em permear e abordar a sociedade enquanto aspecto fundamental e indissociável para o entendimento da constituição na forma como negras e negros se percebem e constroem suas identidades.

Através do levantamento bibliográfico, percebeu-se que a história de opressão a pessoas negras no Brasil ainda persiste. Evidenciou-se que os processos vividos por negros pré e pós abolição ainda hoje são responsáveis por adversidades em diversos âmbitos que compõem a vida de pessoas negras, especialmente em fatores sociais e econômicos que, conseqüentemente mais tarde resultam em sofrimento psíquico pela inadequação, invisibilidade e opressão sofridas por uma sociedade colonizada e doutrinada por princípios brancos e eugenistas. Diante disso, foram analisados quatro componentes fundamentais e indissociáveis da sociedade: a família, a escola, o mercado de trabalho e as mídias sociais - exploradas com maior profundidade devido à significativa influência que exercem nos dias atuais, além de seu papel fundamental na disseminação de estereótipos negativos sobre a negritude.

A partir das pesquisas e da análise de dados referentes a população negra notou-se a necessidade de expor a importância do atendimento psicológico sensível à raça, com profissionais que conheçam a história brasileira e que estejam atentos a relação entre as mazelas do racismo e à saúde mental, visto que a Psicologia se fundiu nas raízes europeias centralizadas, característica que garantiu marcas até os dias de hoje, onde ainda se percebe a elitização dessa vertente.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a construção da identidade étnico-racial não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim como um fenômeno atravessado por dimensões históricas, sociais e subjetivas. A herança colonial não permanece apenas como registro do passado, mas como estrutura ativa que, ainda hoje, opera no cotidiano da juventude negra. Essa constatação reafirma a necessidade de compreender a identidade não como algo dado, mas como processo

contínuo de resistência, reelaboração e afirmação diante de um contexto que insiste em negar ou reduzir a humanidade de sujeitos racializados.

Outro aspecto central que se destacou foi a importância do meio social na constituição da identidade. Família, escola, grupos e instituições não apenas transmitem valores, mas também participam ativamente na sedimentação das experiências que podem fortalecer ou fragilizar a autoestima e o senso de pertencimento de jovens negros. É nesse entrelaçamento com o outro, na dinâmica intersubjetiva, que a identidade se constrói. No entanto, quando esse outro é atravessado por estigmas e estereótipos raciais, instala-se uma ferida que ultrapassa o nível individual, refletindo o que Fanon descreveu como o aprisionamento da subjetividade ao olhar colonizado.

Nesse percurso, a análise da influência da mídia e dos movimentos sociais revelou-se igualmente significativa. Enquanto a primeira, muitas vezes, reforça estereótipos que fragilizam a autoestima e cristalizam imagens negativas da população negra, os segundos têm se mostrado espaços de resistência e de ressignificação identitária. Essa tensão evidencia que a constituição da identidade negra não ocorre apenas em um nível privado, mas também na arena pública, onde discursos, imagens e práticas disputam sentidos. Reconhecer esse embate é essencial para compreender como jovens afrodescendentes elaboram sua autoimagem e encontram, nos coletivos e referências positivas, a possibilidade de afirmar-se como sujeitos plenos em um mundo que, tantas vezes, lhes nega esse lugar.

Com base nos resultados atingidos, se fez necessário pensar em uma clínica psicológica capaz de acessar e trabalhar dores e vivências específicas da população analisada. Diante disso, propôs-se uma clínica psicoterapêutica fenomenológica que, utilizando de seus recursos teóricos se fizesse atenta e sensibilizada a questões raciais.

Como grupo, durante todo o processo, foi crescente o entendimento do trabalho rico e importante que estávamos elaborando. Concluímos que as leituras utilizadas como fundamentação teórica foram de expressiva importância para a formação do grupo como futuros psicólogos.

Em suma, apesar dos resultados obtidos, durante o trabalho o grupo notou a escassez de leituras recentes relacionadas a psicologia e negritude, especialmente no campo da psicologia fenomenológica. Com isso, ao considerar a evidente importância do tema em questão e as diversas lacunas a serem elaboradas, sugere-se a continuação do trabalho.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Letramento, 2018.

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. **Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 2, p. 259-268, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/XLzgL8vX67XRNs83MLk7mn/>>. Acesso em: 12 de março de 2025

ARAÚJO, J. Z. **A negação do Brasil:** o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2012.

BARROS, L. **Racismo no Brasil:** Teorias raciais e as heranças da escravidão no Brasil. Revista Em Favor de Igualdade Racial, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 49–60, 2022. DOI: 10.29327/269579.5.3-5. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6155>. Acesso em: 22 out. 2024.

BERNARDINO-COSTA, J. **A prece de Frantz Fanon:** Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 3, p. 504–521, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/Gy3hNTtTpgyKWttsz4L674C/#:~:text=Hist%C3%B3rico-,Resumo:,reinventar%20um%20projeto%20pol%C3%ADtico%20humanista>. Acesso em: 07 mai. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRADLEY, H. **Fractured identities.** Cambridge: Polity Press, 1996.

BRASIL. DataSenado. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra.** Brasil, 2023. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_mulheres_negras/2024/interativo.html. Acesso em: 16 out 2025

BRITO, S. C. B. **O Preconceito Racial: contextualização histórica, relações étnico-raciais, educação e formação de professores.** Educação, Religiosidade e Cultura na Perspectiva das Relações Raciais, v. 3, p. artigo 7, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6155/3896>. Acesso em: 10 jan 2025.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAIRES, Luanne. **Estudantes negros foram os mais afetados por abandono escolar durante pandemia.** Fundação Carlos Chagas, 2025. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-noticia/abandono-escolar-durante-pandemia/> Acesso em: 13 mar. 2025.

CARDINLLI, I. E. **Heidegger: o estudo dos fenômenos humanos baseados na existência humana como ser-aí (Dasein).** *Psicologia USP*, 2015, 26(2), 249–258. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0103-656420135013>. Acesso em: 17 ago 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de doutorado apresentada no programa de Filosofia da Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://share.google/S6dtX4f3ONgqzw2V3>. Acesso em: 13 set 2025.

CAVALCANTI, P. **A ética como responsabilidade pelo rosto em Emmanuel Levinas.** 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Filosofia, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://faculdadejesuita.edu.br/wp-content/uploads/2022/06/A-ETICA-COMO-RESPONSABILIDADE-PELO-ROSTO-EM-EMMANUEL-LEVINAS.pdf>. Acesso em: 14 ago 2025

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os.** Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_web.pdf. Acesso em: 17 out 2025

COSTA, E. F.; OLIVEIRA, P. A.. **O sofrimento psíquico causado pelo racismo e o seu impacto na subjetividade.** *Revista Uningá*, v. 56, n.1, p. 114–130, jan./mar.

2019. Disponível em: <https://doi.org/10.46311/2318-0579.56.eUJ444>. Acesso em: 07 mai. 2025.

D' ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil**; pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2001

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Tradução de: Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement.

DOS SANTOS, Hernani. **Raça, Racismo e Clínica Fenomenológico-Existencial: Elementos Para a Decolonização da Atenção Clínica**. Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity, [S. l.], v. 13, n. 3, 2021. DOI: 10.26823/nufen.v13i3.22532. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/22532>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador-BA: UFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Poema: A Escola**, 1989.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Estudantes negros foram os mais afetados por abandono escolar durante pandemia**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-noticia/abandono-escolar-durante-pandemia/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GARCÍA, Esteban. **O corpo vivido e o movimento da vida em M. Merleau-Ponty e R. Barbaras**. Cadernos Espinosanos, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335868754_O_corpo_vivido_e_o_movimento_da_vida_em_M_Merleau-Ponty_e_R_Barbaras Acesso em: 07 mai. 2025.

GOMES, N. **A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática.** Perseu: História, Memória e Política, [S.L.], v. 17, p. 123-142, dez. 2019

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3a dtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf> Acesso em: 20 mai. 2025.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. **Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras.** Psicologia em Estudo, v. 24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/WLqvt9yG7rmBzz4kvp8TVSL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 out 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INWOOD, Michael. **Dicionário Heidegger.** São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KLERER, I. A.; MARQUES, E. S. **Mídia, identidade e autestima: A construção da imaem do jovem negro na cultura brasileira.** Caderno de Direito de Crianças e Adolescentes, v. 5, 2023.

KRENISKI, G.; AGUIAR, M. C. P. **O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “Vagabundo” na imprensa feminina brasileira.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf. Acesso em: 1 ago. 2024.

MARIGONI, Walter. **História da Escravidão no Brasil: Uma longa luta pela liberdade.** São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, Elisabete e BRAGA, Luciano. **História da África e Afro-Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. E-book. p.7. ISBN 9786555414165. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414165/>. Acesso em: 15 out. 2024.

MOTA, Athayde. **Favelas - Uma condição urbana de caráter nacional**. Ibase, 2022. Disponível em: <https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/#:~:text=Com%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20composi%C3%A7%C3%A3o%20em,e%2069%25%20delas%20s%C3%A3o%20negras>. Acesso em: 22 out. 2024.

MOURA, C.. **História do negro brasileiro**. São Paulo. Editora Ática, 1989

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOELLI, Pedro Paulo Funari, Francisco S. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2023. E-book. p.4. ISBN 9786555414462. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414462/>. Acesso em: 15 out. 2024.

NUÑEZ, Geni. **Descolonização do pensamento psicológico**. Boletim CRP/SC. Acesso em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf, 2019.

OLIVEIRA, R. T. PICCIRILLO, D., GOMES, A. M. **A experiência precoce e racializada com a polícia** [recurso eletrônico]: contatos de adolescentes com as abordagens, o uso abusivo da força e a violência policial no município de São Paulo (2016 – 2019). São Paulo: NEV/USP, 2023.

PEREIRA, S. F. **Negros pós-abolição: Trabalho, sociedade e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil** (Nova edição). 3rd ed. São Paulo: Editora Contexto, 1996. E-book. p.7. ISBN 9788572447805. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572447805/>. Acesso em: 15 out. 2024.

RAMOS, Silvia et al. **Pele alvo: mortes que revelam um padrão**. Ilustração Albarte. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/RELATARIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO-4_web-2.pdf. Acesso em: 17 jul 2025

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, J. **Movimentos Sociais e Negritude no Brasil**. Revista ABPN, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/176>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ROGERS, C. **Tornar-se pessoa: uma visão do psicoterapeuta**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RÖNNAU, G.. **A epoché na fenomenologia transcendental de Edmund Husserl**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 04, Vol. 05, pp. 59-68. Abril de 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/fenomenologia-transcendental>. Acesso em: 17 ago 2025

SAFRA, G. **A po-ética na clínica contemporânea**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

SANTANA, B. da P.; DA SILVA, E. M.; ANGELIM, Y. **Negro(a)s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira**. Lutas Sociais, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 52–66, 2019. Disponível: 10.23925/ls.v22i40.46651. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46651>. Acesso em: 17 out. 2025.

SANTOS, A. O., & Schucman, L. V. (2015). **Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)**. Revista EPOS, 6 (2), 117-140. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/TtJZrnNBHT88ShMQTLt5wYg/?lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2025

SANTOS, Hernani. **Raça, racismo e clínica fenomenológico-existencial: elementos para a decolonização da atenção clínica.** *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, v. 13, n. 3, p. 1–19, 2021. DOI: 10.26823/nufen.v13i3.22532. Acesso em: 07 mai. 2025.

Senado Federal. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra. Pesquisa DataSenado.** Brasília: Senado Federal; 2023. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_mulheres_negras/2024/interativo.html#pesquisa-nacional-de-viol%C3%Aancia-contra-a-mulher-negra. Acesso em: 09 de out de 2024

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica: ensino médio:** volume único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SILVA, M. C. **Brasil:** o sentido da colonização e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no âmbito da acumulação primitiva. *Revista Urutágua*, n. 29, p. 84-98, 22 nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/18888/12002>. Acesso em: 16 out 2025.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro:** Ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. Rio de Janeiro, 1983.

SOUZA, C. PEREIRA, C. G.. **Movimentos Sociais.** Bahia: Faculdade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35304/1/eBook_Movimentos_Sociais_TSP_SEAD-UFBA_c.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

TILIO, R. C. **Reflexões acerca do conceito de identidade.** *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 109–119, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/reihm/article/view/529>. Acesso em: 17 out. 2025.

VEIGA, L. **O analista está presente:** a arte da performance de Marina Abramovic e a clínica. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2015. 75 f. Programa de

Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/2015_d_Lucas.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2025.

VEIGA, L. M. **Descolonizando a psicologia**: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. spe, p. 244–248, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago 2025

VIEIRA JUNIOR, C. A.; ARDANS-BONIFACINO, H. O.; ROSO, A. **A construção do sujeito na perspectiva de Jean-Paul Sartre**. *Rev. Subj.*, Fortaleza , v. 16, n. 1, p. 119-130, abr. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2025.